

Câmara de Salvador é líder em economia de gastos

Legislativo da capital teve gasto de R\$1,03 milhão com cada projeto aprovado em 2017

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador é exemplo para o país no quesito economia de gastos. O orçamento total da casa para o ano de 2017 foi de R\$ 161,5 milhões. Já o índice gasto com cada projeto de lei gira em torno de R\$ 1,03 milhão. Para efeito de comparação, algumas assembleias pelo Brasil gastam até R\$ 4 milhões em média por lei aprovada, segundo um levantamento publicado pelo jornal Folha de S. Paulo. "Esse é apenas um indicador, já que tem uma série de atividades que não são imputadas nesse índice. Porém, é um indicador que mostra que a Câmara de Salvador vem buscando ao longo dos anos se tornar mais eficientes para o cidadão", disse à Tribuna, o presidente do Legislativo, vereador Leo Prates (DEM).

De acordo com o levantamento, a assembleia com orçamento mais alto é a de Minas Gerais, com gasto de R\$ 1,2 bilhão, quase o dobro da Assembleia de São Paulo, segunda mais cara em números absolutos com orçamento de R\$ 700 milhões. Do total de leis aprovadas pelas Assembleias, apenas 35% têm impacto no dia a dia. Para Prates, as casas legislativas precisam melhorar a eficiência na produção, além de reduzir o orçamento. "Esse indicador vê o número de leis aprovadas no orçamento, além da redução de custos. Esse é um índice que visa mostrar também, no meu entendimento, eficiência. Então, é preciso aumentar o número de projetos de lei aprovados. Além dessa questão da redução de gas-

tos, é preciso melhorar o índice de eficiência na produção legislativa", enfatizou Léo Prates.

Ainda segundo a pesquisa, os estados de Goiás e o Espírito Santo se destacaram pelo volume de leis criadas e pelo menor custo orçamentário em comparação ao número de habitantes e ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado. Já Pará e Mato Grosso apresentam pouca produtividade e muito gasto. Os dados são resultado de um levantamento feito pelo cientista de dados Leonardo Sales, mestre em economia do setor público pela UnB (Universidade de Brasília), que coletou informações sobre as 26 Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A Assembleia Legislativa de Minas afirmou, em nota, que seu orçamento de R\$ 1,2 bilhão "é compatível com os serviços prestados à sociedade".

LÉO PRATES, que lança o concurso público da Câmara hoje, disse que além dessa questão da redução de gastos apontada pelo levantamento, "é preciso melhorar o índice de eficiência na produção legislativa"



Léo Prates apresenta edital de concurso público hoje

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), fará a apresentação do edital para o concurso público da Casa Legislativa hoje (27), às 10h, no Salão Nobre da Casa. "Vamos dar informações sobre o concurso e estaremos à disposição da imprensa para prestar os esclarecimentos necessários", informa o vereador,

que estará acompanhado de outros colegas. O edital do concurso público será publicado no Diário Oficial da Câmara nesta terça (28). A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a instituição responsável pela elaboração, organização e execução de todas as etapas do processo seletivo. "Estamos atendendo à recomendação do Tribunal de Contas

dos Municípios (TCM), reduzindo a desproporção entre servidores efetivos e comissionados existente na Câmara", afirma o presidente do Legislativo, vereador Leo Prates (DEM). No mês da Consciência Negra, o democrata também destacou "o ineditismo da cota de 30% das vagas para negros" em concursos públicos de Salvador.

Tendência do PT defende Wagner ao Senado em chapa de Rui

A militância da tendência interna do PT, Esquerda Popular Socialista (EPS), decidiu defender de forma incisiva o nome do ex-governador Jaques Wagner para uma das vagas ao Senado na chapa majoritária de reeleição do governador Rui Costa. Em resolução divulgada, no sábado (25), durante Congresso Estadual da corrente, em Salvador, os petistas disseram que "não há negociação sobre a vaga de Wagner na chapa" e que "a vaga é importante para as estratégias políticas para o país". Um dos líderes da EPS no estado, o deputado federal Valmir Assunção destacou que a atuação no Congresso Nacional para que haja mudanças no país, passa por eleger uma bancada de senadores e de deputados federais "comprometidos com o povo".

Assunção, que foi lançado como candidato à reeleição para a Câmara Federal, falou do crescimento interno da corrente e que, em 2018, o embate político será ainda mais acentuado. "A EPS se fortaleceu esse ano e tem a tarefa de, em 2018, contribuir para que o ex-presidente Lula tenha uma expressiva votação na Bahia. Já estamos trabalhando para que possamos criar uma unidade. No Congresso, precisamos de Wagner, isso é indiscutível. Na Bahia, é fundamental reelegermos o nosso governador Rui Costa. Diante dos rumores na mídia que a vaga de Wagner estaria em disputa por outros partidos, a EPS declara que tão importante quanto a vaga do governo é a do Senado.

Vereadores votam PPA que prevê investimentos de R\$ 33,9 bilhões

O projeto de lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2018-2021 será votado na Câmara de Salvador na próxima quarta-feira, dia 29. A peça é responsável pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas da administração pública. O PPA contempla neste período investimentos por parte do Executivo Municipal e de parceiros da ordem de R\$ 33,9 bilhões. O PPA foi apresentado à Câmara através da Mensagem do Executivo que o prefeito ACM Neto argumenta que "desde o início do mandato assumimos o compromisso de equilibrar as contas públicas, otimizar os gastos, aprimorar a arrecadação e captar recursos recorrendo a fontes internas e externas". Segundo o chefe do Executivo Municipal, "ao longo do mandato as finanças foram reequilibradas e a Prefeitura de Salvador resgatou sua capacidade de investimento. Os compromissos de campanha foram se tornando realidade, ainda que sem apoio dos governos federal e estadual". Em outubro, uma apresentação do PPA foi realizada por Ana Nery Reis Nogueira, diretora de Orçamento da Casa Civil da Prefeitura. Ela informou que dos R\$ 33,9 bilhões de investimentos previstos no PPA, R\$ 30,22 são oriundos da

Prefeitura e R\$ 3,7 milhões são recursos extraorçamentários. Moisés Andrade, subsecretário da Casa Civil da Prefeitura, também pontuou que "os programas principais contemplados no PPA são relativos à área social. Outro eixo importante é o desenvolvimento econômico, que promove a geração de emprego e renda".

De acordo com o presidente do colegiado de Finanças e Orçamento, vereador Tiago Correia (PSDB), "o PPA é de extrema importância na medida em que demonstra os caminhos que a Prefeitura vai seguir para alcançar as suas metas". Ainda em outubro, ele argumentou que "o PPA estabelece programas de governo cuja implantação vai perdurar por mais de um ano. São ações estratégicas que devem estar voltadas, principalmente, para a população mais carente". O vereador José Trindade (PSL), líder da oposição, no entanto, criticou o PPA à Tribuna: "Tem algumas inconsistências. Porque no Plano Plurianual 2014-2017 tiveram muitas coisas que foram prometidas, que foram colocadas no plano, e que não foram realizadas. Então, nós estamos analisando, porque agora se coloca valores que a Prefeitura acaba não executando. Principalmente no social".

Supremo envia ao STJ pedido da PGR para investigar Geraldo Alckmin

JORNAL NACIONAL, BRASÍLIA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu na última semana um pedido da Procuradoria Geral da República para investigar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). O procedimento foi enviado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e está em segredo de justiça. O STJ é a instância na qual tramitam processos que envolvem governadores. Procurada, a assessoria de Alckmin enviou a seguinte declaração do governador: "Nunca nossa vida pública precisou tanto de transparência e verdade. Confio que a apuração das informações pela Justiça encerrará todas as dúvidas."

Em abril, o ministro do Supremo Edson Fachin determinou que fossem encaminhadas ao STJ delações da Odebrecht que envolvem o governador. Delatores disseram que a construtora teria repassado dinheiro para campanhas de Alckmin ao governo paulista e que as quantias não teriam sido declaradas na prestação de contas. Ainda segundo delatores, um cunhado do governador teria recebido, pessoalmente, parte desses valores. Também teria havido doação oficial.

PONTO DE VISTA

MP 808: recuo na Reforma Trabalhista

Durante a discussão do projeto e logo depois da aprovação da Reforma Trabalhista, verificou-se uma onda de protestos no país, sob a acusação de que as modificações introduzidas na velha CLT seriam prejudiciais aos trabalhadores. Na verdade, não há como negar que diversas alterações, de fato, vieram em proveito dos empregadores, mas, por outro lado, exagera a oposição radical em afirmar que "todas" as alterações retiram direitos dos empregados. A realidade vinha demonstrando que a legislação que regula as relações de trabalho estava omissa, incompleta ou desatualizada com referência a certos fenômenos gritantes nessa área. Reconheça-se que surtiram efeito os movimentos contrários à citada Reforma. A pressa da base governista em votar o projeto no Senado evitou um exame mais detido de certos aspectos

claramente negativos. Conforme prometera, o Presidente Temer, no dia 14 de novembro p.p., expediu a Medida Provisória n. 808, que corrige algumas das mais graves distorções. Faça uma breve análise, a seguir, das principais mudanças.

Desde que aprovou a Súmula n. 444, que é de 2012, o TST – Tribunal Superior do Trabalho admitiu a validade da jornada que se estende por 12 horas de labor seguidas de 36 horas de descanso. Exigia, porém, que o ajuste se efetuasse mediante acordo coletivo ou convenção coletiva. O erro, nesse ponto, foi retirar tal exigência e permitir que um simples acordo individual escrito autorizasse o aludido regime. A MP restabeleceu a condição anterior. Lamentavelmente se excepcionou as empresas do setor de saúde.

Causaram justificável revolta as normas que regu-

lamentaram a indenização por danos extrapatrimoniais (denominação que substituiu "danos morais"), cujo valor deveria tomar por base o salário do ofendido, se pessoa física, ou o salário de ofensor, se pessoa jurídica. Caso, por exemplo, um humilde trabalhador sofresse uma agressão exatamente igual à sofrida por um diretor ou alguém exercente de alto cargo, o primeiro receberia uma indenização bem menor. O valor indenizatório passou a ser calculado com base no limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, corrigindo-se assim um tratamento desigual. Permaneceu a diferença entre dano de natureza leve, média, grave ou gravíssima, ficando a critério do juiz classificá-lo. Uma inovação positiva da MP foi a de não submeter a vítima aos parâmetros fixados em lei na hipótese de dano resultar em morte.

Era um absurdo exi-

gir-se da empregada gestante que apresentasse atestado médico para não trabalhar em atividade insalubre de grau mínimo ou médio. Somente estaria dispensado o documento no caso de o grau ser máximo. Agora houve uma inversão. Ela é que terá de oferecer o atestado se pretender exercer a atividade insalubre no grau mínimo ou médio. Para a lactante, todavia, continua a exigência de atestado médico se, no exercício de serviço insalubre (de qualquer grau), desejar o afastamento para amamentar o filho. Ainda a respeito de insalubridade, foi revogado o inciso XIII do art. 611-A da CLT, que permitia a prorrogação da jornada em ambiente insalubre sem licença prévia do Ministério do Trabalho.

O novo art. 442-B da CLT, que regula o trabalho autônomo, foi ampliado. Proibiu a existência de cláusulas no contrato que exija exclusividade, além de outras de-

terminações. A MP acrescentou o § 6º ao citado artigo, deixando expresso que "Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício".

A criação da forma de contrato de trabalho intermitente sofreu muitas críticas. Com o fim de melhorar a regulamentação dessa espécie contratual, a MP 808 reformulou o art. 452-A da CLT e ainda introduziu os arts. 452-B a 452-H. Como são várias mudanças, o pequeno espaço de um artigo de jornal me impede de descer a pormenores. Em resumo, os benefícios ao empregado aumentaram.

Em março do corrente ano, a Lei n. 13.419 alterou o art. 457 da CLT, regulando com mais detalhes o pagamento das gorjetas (remuneração indireta paga por clientes do empregador). Antes, o assunto era tratado, de modo sucinto, no mesmo artigo. A MP em questão acrescentou ao referido artigoceletista nada menos de onze novos parágrafos, aperfeiçoando as normas relativas ao tema.

Existem outros pontos de menor relevância que foram alterados. Conforme o demonstrado em breves linhas acima, cabe louvar a iniciativa do Governo que – sensível aos justos protestos de parcela significativa da opinião pública – teve o mérito de, ao menos, recuar em diversos aspectos negativos da Reforma Trabalhista. É claro que restaram ainda certos dispositivos que atingem direitos dos trabalhadores. Enquanto não forem revogados em futuras leis ou pelo próprio Congresso ao votar a MP, há que se manter a esperança de que juízes e tribunais, por meio de interpretações que virão consolidar nova jurisprudência, saberão amenizar ou até afastar os possíveis efeitos prejudiciais das recentes modificações na legislação trabalhista.

*Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. rapinto@uol.com.br